

Patrick Charaudeau  
Dominique Maingueneau

DICIONÁRIO DE  
ANÁLISE DO  
DISCURSO

---

*Coordenação da tradução*  
Fabiana Komesu

EDITORA  
CONTEXTUAL

de fragmentos, relativos a um discurso misto e a comentários metalingüísticos que aparecem quando dois interlocutores constatam um desvio irredutível entre suas maneiras de dizer.

ver *colingüismo*, *dialogismo*

S. B.-R. (R. L. B.)

**dilema** – Um dilema é uma alternativa na qual os dois termos são igualmente desagradáveis. Utilizado como estratégia argumentativa, o dilema é um modo de refutação\*, caso a caso, que consiste em mostrar que todas as linhas de defesa que o adversário poderia adotar conduzem à mesma conclusão que lhe é desfavorável: “Ou você estava a par do que estava acontecendo, não fez nada e então você deve se demitir; ou você não estava a par e não controla seu trabalho e então você deve se demitir.”

ver refutação

C. P. (R. L. B.)

discursivo (nível –) – ver situacional (nível –)

**discurso** – Noção que já estava em uso na filosofia clássica, na qual, ao conhecimento *discursivo*, por encadeamento de razões, opunha-se o conhecimento *intuitivo*. Seu valor era, então, bastante próximo ao do *logos* grego. Em lingüística, essa noção, proposta por Guillaume, conheceu um impulso fulgurante com o declínio do estruturalismo e o crescimento das correntes pragmáticas\*.

#### VALORES CLÁSSICOS EM LINGÜÍSTICA

“Discurso” entra em uma série de oposições clássicas. Em particular:

• **Discurso vs frase.** O *discurso* é uma unidade lingüística constituída de uma sucessão de *frases*. É nessa acepção que Harris (1952) fala de “análise do discurso” e que alguns falam de “gramática do discurso”; hoje, prefere-se falar de “lingüística\* textual”.

• **Discurso vs língua:**

(1) A *língua* definida como sistema de valores virtuais opõe-se ao discurso, ao uso da língua em um contexto particular, que filtra esses valores e pôde suscitar-lhes novos. Estamos próximos da oposição saussuriana *língua / fala*; “A distinção entre fala ou discurso e língua, proposta pela primeira vez por Saussure e precisada por mim mesmo”, diz Gardiner (1932/1989: 285). Mas pode-se orientar “discurso” mais para a dimensão *social* ou para a dimensão *mental*. Gardiner opta pela primeira: o discurso é a “utilização, entre os homens, de signos sonoros articulados, para comunicar seus desejos e opiniões sobre as coisas” (1989: 24). Guillaume opta pela segunda: “No discurso {...}, o físico, que é a fala em si, apresenta-se efetivo,

materializado, e, então, no que lhe concerne, livre da condição psíquica de partida. No nível do discurso, a fala tomou corpo, realidade: ela existe fisicamente” (1973: 71). Em Benveniste, “discurso” está próximo de “enunciação”: é “a língua como assumida pelo homem que fala, e na condição de intersubjetividade que só a comunicação lingüística torna possível” (1966: 266).

(2) A “língua”, definida como sistema *partilhado* pelos membros de uma comunidade lingüística, opõe-se ao “discurso”, considerado como uso *restrito* desse sistema. Pode tratar-se: (a) de um *posicionamento\** em um campo\* discursivo (o “discurso comunista”, o “discurso surrealista”...). Nesse emprego, “discurso” é constantemente ambíguo, porque pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos quanto esse próprio conjunto; o “discurso comunista” é tanto o conjunto dos textos produzidos pelos comunistas quanto o sistema que permite produzi-los, a esses e a outros textos qualificados como comunistas. Produz-se, então, um deslizamento constante do sistema de regras para os enunciados efetivamente produzidos. Assim, em Foucault: “Chamaremos de *discurso* um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação\* discursiva” (1969b: 153); (b) de um *tipo\* de discurso* (“discurso jornalístico”, “discurso administrativo”, “discurso televisivo”, “discurso do professor em sala de aula”...); (c) das produções verbais específicas de uma *categoria de locutores* (o “discurso das enfermeiras”, o “discurso das mães de família”...); (d) de uma *função\* da linguagem* (o “discurso polêmico”, o “discurso prescritivo”...); ...

• **Discurso vs texto.** O *discurso* é concebido como a inclusão de um *texto\** em seu *contexto\** (= condições de produção e de recepção) (Adam, 1999: 39).

• **Discurso vs enunciado.** Muito próxima da precedente, essa distinção permite opor *dois modos de apreensão* das unidades transfrásticas: como unidade lingüística (“enunciado\*”) e como traço de um ato de comunicação sócio-historicamente determinado. Aliás, é essa oposição que, na França, serviu para atribuir um ponto de vista específico à análise do discurso: “Um olhar lançado sobre um texto do ponto de vista de sua estruturação “em língua” faz dele um enunciado; um estudo lingüístico das condições\* de produção desse texto fará dele um discurso” (Guespin, 1971: 10).

#### A LINGÜÍSTICA DO DISCURSO

Desde os anos 80, vê-se proliferar o termo “discurso” nas ciências da linguagem, tanto no singular (“o domínio do discurso”, “a análise do discurso”...) quando no plural (“cada discurso é particular”, “os discursos inscrevem-se em contextos”...), segundo a referência seja à atividade verbal em geral ou a cada evento de fala. A proliferação desse termo é o *sintoma de uma modificação no modo de conceber a linguagem*. Falando de “discurso”, toma-se implicitamente posição contra uma certa

concepção da linguagem e da semântica. Em boa medida, essa modificação resulta da influência de diversas correntes pragmáticas, que sublinharam um certo número de idéias-força:

· *O discurso supõe uma organização transfrástica.* Isso não quer dizer que todo o discurso se manifesta por seqüências de palavras que são necessariamente de feição superior à frase, mas que ele mobiliza estruturas de uma outra ordem, diferente das da frase. Um provérbio ou uma proibição como “Não fumar” são discursos, formam uma unidade completa, mesmo que sejam constituídos de uma única frase. Como unidades transfrásticas, os discursos estão submetidos a regras de organização em vigor em uma comunidade determinada, as dos múltiplos gêneros\* de discurso: regras que recaem sobre o plano\* de texto (uma crônica não se deixa recortar como uma dissertação ou como um manual de instrução...), sobre a dimensão do enunciado etc.

· *O discurso é orientado.* Ele é “orientado” não somente porque é concebido em função do propósito do locutor, mas também porque ele se desenvolve no tempo. O discurso se constrói, com efeito, em função de um fim, considera-se que vai chegar a alguma parte. Mas ele pode desviar-se durante o percurso (digressões...), voltar à direção inicial, mudar de direção etc. Sua linearidade se manifesta frequentemente através de um jogo de antecipações (“veremos que...”, “voltarei ao ponto...”) ou de retomadas (“ou melhor...”, “deveria ter dito...”); tudo isso constitui um verdadeiro “painel de controle” da fala para o locutor. Mas esse guiamento se efetua em condições muito diferentes segundo o enunciado seja produzido por um só enunciador que o controla de ponta a ponta (enunciado monologal\*, por exemplo, em um livro) ou possa ser interrompido ou desviado a qualquer momento pelo interlocutor (enunciado dialogal\*). Nas situações de interação oral, constantemente as palavras “escapam”; é necessário recuperá-las, torná-las precisas etc., em função das reações do outro. Ducrot radicalizou a idéia de que o discurso é fundamentalmente orientado, inscrevendo uma orientação argumentativa nas próprias unidades da língua (Anscombre e Ducrot, 1983, Carel e Ducrot, 1999).

· *O discurso é uma forma de ação.* A problemática dos atos\* de linguagem, desenvolvida por filósofos como Austin (1962) e depois Searle (1969), difundiu maciçamente a idéia de que toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrograr...) visando a modificar uma situação. Em um nível superior, esses atos elementares integram-se, por sua vez, em atividades linguageiras de um gênero determinado (um panfleto, uma consulta médica, um jornal televisado...), e estas, por sua vez, em relação com atividades não verbais. Essa ação verbal pode também ser pensada em quadros psicossociológicos variados (Trognon 1993, Bronckart 1996).

· *O discurso é interativo.* A manifestação mais evidente desta interatividade\* é a conversação\*, na qual os dois locutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre o outro. Mas nem todo discurso deriva da conversação; além do caso dos enunciados escritos, existem numerosas formas de oralidade que parecem muito pouco “interativas”: é o caso, por exemplo, de um conferencista, de um locutor de rádio etc. Nos casos desse gênero, pode-se ainda falar de interatividade? Para alguns, a maneira mais simples de manter mesmo assim o princípio de que o discurso é fundamentalmente interativo seria considerar que a troca oral constitui o emprego “autêntico” do discurso e que as outras formas de enunciação são usos de alguma forma enfraquecidos dele. Mas parece preferível não confundir a interatividade fundamental do discurso com interação oral. Toda a enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é de fato assumida em uma interatividade constitutiva, ela é uma troca, explícita ou implícita, com outros locutores, virtuais ou reais, ela supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação à qual ele constrói seu próprio discurso. Nessa perspectiva, a conversação não é considerada como o discurso por excelência, mas somente um de seus modos de manifestação – mesmo se é, sem dúvida, o mais importante – da interatividade fundamental do discurso.

· *O discurso é contextualizado.* O discurso não intervém em um contexto, como se o contexto não passasse de uma moldura, um cenário; de fato, não existe discurso que não seja contextualizado: não se pode, de fato, atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto. Além disso, o discurso contribui para definir seu contexto e pode modificá-lo durante a enunciação.

· *O discurso é assumido.* O discurso não é discurso a não ser que esteja relacionado a uma instância que, ao mesmo tempo, se põe como fonte dos pontos de referência pessoais, temporais, espaciais, e indica qual atitude adota em relação àquilo que diz e a seu interlocutor (processo de modalização\*). O locutor pode modular seu grau de adesão (“Pode ser que chova”), atribuir a responsabilidade a algum outro (“Segundo Paulo, chove”), comentar sua própria fala (“Na minha opinião, vai chover”), tematizar (“Paulo, ele não está em questão”) etc. Pode até mesmo mostrar a seu interlocutor que apenas finge assumi-la (caso da ironia\*). A reflexão sobre as formas de subjetividade que o discurso supõe é um dos grandes eixos da análise do discurso.

· *O discurso é regido por normas.* Como todo o comportamento social, ele é submetido a normas sociais muito gerais; por outro lado, como o mostra a problemática das leis\* do discurso, a atividade é regida por normas específicas. Cada ato de linguagem implica, ele mesmo, normas particulares; um ato aparentemente tão

simples como a pergunta implica que o locutor ignora a resposta, que essa resposta tem algum interesse para ele, que ele acredita que seu destinatário pode dá-la... Mais fundamentalmente, nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar, de uma maneira ou de outra, seu direito de apresentar-se tal como se apresenta. Sua inscrição nos gêneros de discurso contribui de maneira essencial para esse trabalho de legitimação que é indissociável do exercício da fala.

O discurso é assumido em um interdiscurso. O discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho. Para interpretar o menor enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam... Cada gênero de discurso tem sua maneira de gerar as multiplicidades das relações interdiscursivas: um manual de filosofia não cita da mesma maneira nem se apóia nas mesmas autoridades que um animador de promoções de vendas... O próprio fato de situar um discurso em um gênero (a conferência, o jornal televisado...) implica que ele é colocado em relação ao conjunto ilimitado de outros.

Considerado dessa maneira, o discurso não delimita um domínio que possa ser estudado por uma disciplina coerente. É, antes de mais nada, uma maneira de apreender a linguagem. Certos lingüistas falam, entretanto, de uma lingüística do discurso, que opõem a uma "lingüística da língua". Essa lingüística do discurso não pode corresponder à "lingüística da fala", da qual Saussure tracejou o espaço; de fato, o desenvolvimento de uma lingüística\* textual, das teorias da enunciação\* lingüística e de uma semântica marcada pelas correntes pragmáticas\* e cognitivistas reconfigurou a oposição língua/fala e as oposições da mesma ordem, como "competência" / "desempenho".

ver análise do discurso, ato de linguagem, enunciado, gênero de discurso, interdiscurso, polifonia, pragmática, texto

D. M. (S. P.)

discurso/história (Benveniste) – ver embreado (plano –)/não-embreado

discurso citado – A problemática do discurso citado trata dos diversos modos de representação, no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não a do locutor: "Colocação em relação de discursos, um dos quais cria um espaço enunciativo particular, enquanto o outro é colocado à distância e atribuído a uma outra fonte, de maneira unívoca ou não" (Rosier 1999: 125). Essa problemática ultrapassa amplamente a tradicional tripartição entre discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre, já que estão concernidas as formas híbridas e o discurso indireto livre, mas também fenômenos como a colocação entre aspas\* e o itálico, a modalização\* por

remissão a um outro discurso, ("no dizer de Y..."), as múltiplas formas de alusão a discursos já proferidos. Sendo o primado do interdiscurso\* um dos postulados de um grande número de analistas do discurso, para muitos a problemática do discurso citado abre constantemente para o conjunto dos fenômenos de polifonia\* e de heterogeneidade\*. Notar-se-á que um certo número de lingüistas prefere falar de "discurso representado" a utilizar a denominação tradicional "discurso citado" (Fairclough, 1988, Roulet, 1999), que reflete imperfeitamente a diversidade dos fenômenos concernidos.

#### AS OPOSIÇÕES PRINCIPAIS

Authier-Revuz (1992) estrutura esse campo do *discurso citado* em torno de três oposições principais:

• Entre "discurso citado" em sentido estrito e "modalização em discurso segundo". No primeiro caso, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação, o fato de que qualquer um diz uma coisa qualquer ("Paulo contou que você está doente"). No segundo caso, ele modaliza sua própria enunciação, apresentado-a como segunda em relação a um outro discurso. Essa modalização pode incidir sobre a validade do conteúdo asseverado ("Ele está doente, se eu puder acreditar no Lucas") ou sobre o emprego de uma palavra ("Eu estou 'out', como se diz").

• Entre signo "padrão" (tomado como "uso") e signo "autônomo\*" (tomado como "menção"). De fato, pode-se utilizar um signo lingüístico de maneira padrão para referir uma entidade do mundo (como *cão* em "Paulo comprou um cão"), ou de maneira autônoma para referir o próprio signo ("Não se encontra *cão* em teu dicionário"). A autonímia manifesta a propriedade que a linguagem tem de falar dela mesma. O discurso direto tem relação com o funcionamento autônomo: aquele que cita faz menção às próprias palavras empregadas pelo enunciador citado, ou, melhor dizendo, apresenta seu enunciado como tal ("Ele me disse: "Você deve partir"). No discurso indireto, ao contrário, aquele que cita faz uso de suas próprias palavras para citar outrem, ele reformula seus propósitos ("Ele me disse para voltar amanhã"). Fala-se de discurso direto livre no caso de fragmentos que são interpretados como discurso direto, mas sem qualquer indicação de que há discurso citado.

Na modalização\* autonímica, mistura-se o emprego padrão e o emprego autônomo, recorrendo em especial ao itálico e à colocação entre aspas. Em um enunciado como "Sua paixão pela 'heróica luta dos camponeses' tem qualquer coisa de suspeito", o locutor emprega "heróica luta dos camponeses" ao mesmo tempo de maneira autônoma e de maneira standard: de fato, ele cita e, ao mesmo tempo, utiliza essa expressão, da qual ele se distancia atribuindo-a a outra fonte enunciativa.

que o sujeito falante efetua para construir, no enunciado, um conjunto de representações comunicáveis” (Relpred, 1990: 792).

Haveria sem dúvida vantagem, para maior clareza, em distinguir situação de enunciação e situação\* de comunicação. A primeira seria um sistema de coordenadas abstratas, associadas a toda produção verbal; a segunda seria o contexto efetivo de um discurso. Essa distinção não recobre a distinção entre o geral e o particular: existem invariantes na situação de comunicação.

A definição benvenistiana da enunciação privilegia o pólo do enunciador, mas isso não deve fazer esquecer que a enunciação é uma *co-enunciação*, que ela é fundamentalmente “acomodação inter-subjetiva” (Culioli, 1973: 87). Além disso, o indivíduo que produz o enunciado não é necessariamente a instância que *assume a responsabilidade* por ele, o que incita Ducrot (1984: 179) a definir a enunciação como “o evento constituído pela aparição de um enunciado”; isto é, a considerá-la independentemente de qualquer autor.

VERSÃO “RESTRITA” E “AMPLA”, “FRACA” E “FORTE”

Os lingüistas dividem-se entre uma abordagem “restrita” e uma “ampla” (Kerbrat-Orecchioni 1980) dos fenômenos relativos à enunciação. Tal distinção não deixa de recupear a distinção entre as concepções “discursiva” e “lingüística” da enunciação.

Na concepção “*ampla*”, a lingüística da enunciação “visa a descrever as relações que se tecem entre o enunciado e os diferentes elementos constitutivos do quadro enunciativo” (1980: 30); a lingüística da enunciação tende, desse modo, a se imbricar com a análise do discurso.

Na concepção “*restrita*”, “investigam-se os procedimentos lingüísticos (*shifters*, modalizadores, termos avaliativos etc.) por meio dos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, inscreve-se na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ele (problema da ‘distância enunciativa’)” (1980: 32). Denominam-se freqüentemente marcas ou traços enunciativos as unidades lingüísticas que indicam a remissão do enunciado a sua enunciação: pronomes pessoais de primeira pessoa, desinências verbais, advérbios de tempo, adjetivos afetivos...

Essa distinção atravessa uma outra, entre uma concepção *fraca* – aquela de uma “lingüística dos fenômenos de enunciação” – e uma versão *forte* – aquela referente a uma “lingüística enunciativa”. A primeira analisa um conjunto de fenômenos lingüísticos (emprego das pessoas, dos tempos, dos modos, discurso citado etc.) sem que isso implique uma visão específica da linguagem. No caso da segunda, de que se ocupou principalmente a Escola de Culioli (1990, 1990a, b), “uma concepção enunciativa da linguagem consiste em sustentar que é na enunciação – e não em realidades abstratas pré-construídas como a língua ou a proposição – que se constituem essencialmente as determinações da linguagem humana” (Relpred, 1990: 792).

## ENUNCIÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO

Na perspectiva da análise do discurso, a consideração da enunciação é, evidentemente, central, tendo aparecido desde 1969 no número 13 da revista *Langages* (“*L’Analyse du discours*”), em que Dubois consagrou um artigo a “Enunciado e enunciação” (Dubois, 1969), embora o paradigma estruturalista ainda tenha continuado a dominar por algum tempo. Muito rapidamente, diversos tipos de fenômenos enunciativos foram estudados: em particular, os dêiticos pessoais e espaciotemporais (Guespin, 1976), o discurso citado, a polifonia, as aspas (Authier, 1981), a ponto de se terem tornado uma das características das pesquisas francófonas em análise do discurso. Mais precisamente, as problemáticas ligadas à enunciação são mobilizadas em dois níveis que interagem constantemente:

- O nível *local* das marcações de discurso citado, de reformulações, de modalidades etc., que permite confrontar diversos posicionamentos\* ou caracterizar gêneros\* de discurso.

- O nível *global*, em que se define o contexto no interior do qual se desenvolve o discurso. Nesse nível, pensa-se em termos de cena\* de enunciação, de situação de comunicação, de gênero de discurso... Em se tratando da análise do discurso, não é possível, efetivamente, contentar-se com uma definição estritamente lingüística da enunciação como colocação em funcionamento individual da língua.

Além disso, do ponto de vista da análise do discurso, a enunciação é fundamentalmente tomada no interdiscurso\*: “A enunciação equivale a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e, pouco a pouco, tornado preciso (através do que se constitui o “universo de discurso”) e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de ‘tudo a que se opõe o que o sujeito disse’” (Pêcheux e Fuchs, 1975: 20).

ver dialogismo, enunciador, interação, interdiscurso, polifonia, situação de comunicação

D. M. (S. N. G.-S.)

enunciado – Termo também em uso na língua corrente, enunciado é empregado de modo bastante polissêmico em ciências da linguagem e só tem verdadeiramente sentido no interior das oposições em que o inserimos. Seus empregos se organizam segundo dois grandes eixos: seja em oposição à enunciação\* – como o *produto* do ato de produção –, seja simplesmente como uma *seqüência verbal* de extensão variável.

EM LINGÜÍSTICA

*Empregado como termo primitivo*, permite designar o equivalente inglês *utterance*, ou seja, os dados de que parte o lingüista: “Enunciado é mais primitivo do

que *palavra, frase, morfema* etc.; no sentido de que sua aplicação não repousa sobre definições técnicas ou sobre postulados da ciência lingüística. Harris deu a seguinte definição de enunciado: “Toda parte do discurso, proferida por uma única pessoa, antes e depois da qual há silêncio da parte dessa pessoa [...]”. Muitos enunciados são compostos de partes lingüisticamente equivalentes a enunciados inteiros que figuram alhures” (Lyons, 1970: 132-133).

*Do ponto de vista sintático*, alguns opõem enunciado à frase. O enunciado é definido como a unidade de comunicação elementar, uma seqüência verbal *investida de sentido e sintaticamente completa*; e a frase, como um tipo de enunciado, aquele que se organiza em torno de um verbo: “Leandro está doente”, “Oh!”, “Que mulher!”, “Paulo!” seriam, todos, enunciados, embora apenas o primeiro poderia ser considerado uma frase.

*Do ponto de vista pragmático*, a frase é uma estrutura tomada fora do uso que corresponde a uma infinidade de enunciados em contexto: “Chama-se freqüentemente frase uma sucessão de palavras organizada conforme a sintaxe, e enunciado a realização de uma frase em uma determinada situação. Nota-se, assim, que diferentes enunciados de uma frase têm, em geral, sentidos completamente diferentes” (Ducrot-Schaeffer 1995: 250). Aqui, enunciado torna-se um equivalente de frase-ocorrência. Nesse caso, associa-se freqüentemente a *significação* à frase e o *sentido* ao enunciado.

#### ENUNCIADO E TEXTO

*Em um nível transfrástico*, o enunciado é considerado uma seqüência verbal que forma um todo constitutivo de um determinado gênero\* de discurso: um boletim meteorológico, um romance, um artigo de opinião, uma conversação etc. Trata-se de uma espécie de equivalente de texto\*.

*No âmbito da lingüística\* textual*, pode-se também opor texto a enunciado: “Um enunciado, no sentido de objeto material oral ou escrito, de objeto empírico, observável e descritível, não é o texto, objeto abstrato [...] que deve ser pensado no quadro de uma teoria (explicativa) de sua estrutura composicional” (Adam, 1992: 15).

#### EM ANÁLISE DO DISCURSO

*Em análise de discurso francófona*, a oposição estabelecida por Guespin entre discurso\* e enunciado exerceu uma influência precisa: “O enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois brancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; um estudo lingüístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso” (1971:10).

*Em “A arqueologia do saber”*, Foucault desenvolveu uma reflexão filosófica sobre o enunciado que interessa à análise do discurso: “O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero que a frase, a proposição ou o ato de fala [...]. Em seu modo singular de existência (nem absolutamente lingüístico nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de fala; e para que se possa dizer se a frase é correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem formada, se o ato de fala está conforme os requisitos e se foi bem efetuado [...]. Trata-se de uma função de existência que pertence intrinsecamente aos signos e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo qual regra eles se sucedem ou se justapõem, de que eles são signo e qual espécie de ato de fala se efetua por sua formulação (oral ou escrita)” (1969b: 114-115).

Nas ciências da linguagem, os termos *enunciado, texto, discurso* dividem tradicionalmente o campo da designação das produções verbais. O desenvolvimento de uma lingüística *textual* e de disciplinas que se ocupam do *discurso* teve por efeito relegar *enunciado* ao segundo plano. *Enunciado* tornou-se, assim, disponível para aqueles que têm necessidade de um termo que escapa do par *texto/discurso* ou que não querem recorrer à *frase*, como no caso particular da psicolingüística.

ver discurso, enunciação, texto

D. M. (S. N. G.-S.)

**enunciador** – Noção central para toda lingüística e para toda análise do discurso que se inscreve em uma perspectiva enunciativa. Ela tem, entretanto, um valor instável, segundo as relações que mantém com noções próximas, como aquelas de locutor\*, de sujeito\* falante ou de ponto\* de vista. Diferentemente de seu correlato, enunciação\*, não é empregada nem por Bally nem mesmo por Benveniste. Foi Culioli quem lhe atribuiu o estatuto de um conceito, associando-a a co-enunciador\*.

#### ENUNCIADOR E SUBJETIVIDADE DO FALANTE

As dificuldades que a noção de **enunciador** suscita são inseparáveis daquelas suscitadas pelo que concerne à subjetividade falante. Existe efetivamente um certo número de estatutos ligados a essa subjetividade: sujeito produtor efetivo do enunciado, sujeito organizador do dizer, sujeito responsável pelo ato de fala, sujeito fonte do ponto de vista, sujeito ponto de origem das ancoragens dêiticas\*, sujeito oposto a um outro sujeito na alteridade fundadora da troca lingüística... *A priori*, pode-se conceber duas posições diametralmente opostas: aquela que consiste em remeter esses diversos estatutos a instâncias igualmente distintas, e aquela que os associa a uma única instância compacta, indiferentemente nomeada “locutor”, “enunciador”, “sujeito falante”. Na realidade, os lingüistas adotam posições intermediárias, que se distribuem entre esses dois pólos.

em vigor em uma língua, ele não se distingue de uma *palavra* ordinária a não ser por uma especificação de emprego. Assim, é somente por força de um critério enunciativo que se pode seleccionar o sentido apropriado de uma dada situação.

ver especialidade (discurso de –/língua de –), palavra, vocabulário/léxico

F. C.-B. (F. Z.)

território – ver face

texto – No livro IX da *Institution oratoire*, Quintiliano fala do texto na perspectiva da *composição*, ou seja, da união entre a *invenção* (escolha dos argumentos), a *elocução* (colocação em palavras), e a *disposição* (organização ou plano do texto). Ele emprega duas palavras: *textus* e *textum*. O *textus* (IX, 4, 13) está próximo da “bela conjuntura” medieval, tradução do latim  *junctura* da *Ars poetica* de Horácio, ou seja, “aquilo que reúne, junta ou organiza elementos diversos e mesmo dissociados, [...] aquilo que os transforma em um todo organizado” (Vinaver, 1970). Quanto à palavra *textum* (IX, 4, 17), está mais próxima da “infinita contextura de debates” de Montaigne (*Essais*, Livro II), ou seja, da idéia de composição aberta e menos finalizada. O texto é então definido, a partir da origem, tanto por sua unidade quanto pela sua abertura, que posteriormente foi teorizada como *transtextualidade* por Genette (1979, 1982, 1987). Esse autor distingue oportunamente o *paratexto\** (que cerca materialmente o texto), o *metatexto* e o *epitexto\** (comentários de um texto em e por um outro texto), o *intertexto\** (citação, alusão a outro texto), o *hipertexto* (no sentido de retomada, pastiche e paródia) e, finalmente, o *arquitecto* (gêneros\* de discurso e modelos de textualidade como a narrativa, a descrição\*, o comentário e as diferentes formas de encenação da palavra).

#### PROBLEMAS DE DEFINIÇÃO

A palavra “texto”, apesar da definição corrente – “todo discurso fixado pela escritura” (Ricoeur, 1986: 137) –, não se remete prioritariamente à escrita. Opor *texto escrito* a *discurso oral* reduz a distinção ao suporte ou meio e dissimula o fato de que um texto é, na maioria das vezes, *plurissemiótico\**. Uma receita de cozinha, um *outdoor* ou um artigo de jornal, um discurso político, um curso universitário ou uma conversa não comportam apenas signos verbais, eles são igualmente feitos de gestos, de entonações e de imagens (fotografias e fotogramas, desenhos e infografias). Por outro lado, é preferível distinguir *texto* e *discurso\** como duas faces complementares de um objeto comum tomado pela *lingüística textual* – que privilegia a organização do co-texto e da coesão como coerência\* lingüística, “*Textverknüpfung*” (Stierle, 1977:

172) – e pela *análise de discurso* – mais atenta ao contexto\* de interação verbal e à coerência como “*Textzusammenhang*” (id.).

A definição do conceito de texto foi inicialmente gramatical e tipologizante. Para as *gramáticas\** de texto, um texto é uma “seqüência bem-formada de frases ligadas que progridem para um fim”. (Slakta, 1985: 138). Essas diferentes concepções foram largamente criticadas, pois não é seguro que se possa partir assim da unidade frase, e ainda menos seguro que as gramáticas de texto sejam um dia capazes de gerar as seqüências “bem-formadas” em questão. A gramaticalização de textos fracassou, assim como a vontade de estabelecer tipologias (Werlich, 1975; Adam 1992, 1999). O texto revelou ser uma unidade muito complexa, para ser fechada em tipologias e para que só a coesão ou coerência lingüística possam dar conta daquilo que faz sua unidade. Se existem regras de boa formação, estas regras são certamente relativas aos gêneros de discurso, ou seja, às práticas sociodiscursivamente reguladas.

#### TEXTO E CONTEXTO

Halliday e Hasan definiram o texto como *uma unidade de uso da língua em uma situação de interação* e como *uma unidade semântica*: “Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido” (1976: 293). Insistindo, por outro lado, no fato de que um texto não se define absolutamente por seu tamanho (uma frase proverbial, uma máxima ou vários volumes são textos do mesmo teor que “Proibido fumar” ou “Vende-se”), relativiza-se a questão da frase como unidade de base da textualidade. É certamente preferível, conforme Weinrich (1973: 13 e 198), definir o texto como *uma seqüência significante (considerada coerente) de signos entre duas interrupções marcadas da comunicação*. Essa seqüência, geralmente ordenada linearmente, possui a particularidade de constituir uma totalidade na qual elementos de diferentes graus de complexidade estabelecem, uns em referência aos outros, relações de interdependência. A *frase* é um patamar (morfo sintático) de organização situado entre signos e proposições, de um lado, e períodos\*, parágrafos, seqüências\* e partes de um plano\* de texto, de outro lado. Essa organização do texto em sistema – ou seja, em um complexo de determinações, cadeia de valores textuais (Weinrich, 1973: 13) – forneceu um (pres/pré)sentimento de unidade, *um efeito de texto*, já que as bases lingüísticas facilitam o estabelecimento de um sentido configuracional\* e a determinação de um propósito argumentativo (macroato\* de linguagem). O

juízo definitivo de coerência resulta da articulação do texto com o contexto sociopragmático da interação, ou seja, com a dimensão discursiva englobante.

ver coerência, configuração, esquematização, gramática de texto, linguística textual, macroato de linguagem

J.-M. A. (F. Z.)

tipo de discurso – A noção de tipo de discurso recebe diversas acepções na análise de discurso francófona. Ao lado de uma definição *ampla*, que o faz designar não importa qual classe de discurso, qualquer que seja o critério que preside seu estabelecimento, existem duas significações *restritivas*: (1) Uma opõe “tipo de discurso” e “gênero\* de discurso”, como um setor de produção verbal de uma sociedade com um dispositivo de comunicação particular (implicando papéis, um canal, temas etc., particulares); o tipo de discurso político, por exemplo, recobre múltiplos gêneros: debates televisivos, panfletos, programa eleitoral ... (2) A outra faz dos “tipos de discurso” modos fundamentais de estruturação que se combinam nos textos concretos. É o caso de Bronckart (1996: 138), que distingue quatro grandes “tipos de discurso”: *discurso interativo, narrativa interativa, discurso teórico, narração*. Esses são, ao mesmo tempo, *tipos linguísticos* (que mobilizam marcas específicas em cada língua natural) e *arquetipos psicológicos*, independentes das línguas particulares. É o parecer também de Bouchard (1991), que distingue nove tipos de discurso, fundamentados em três critérios: semântico-referencial (narrativo, descritivo, expositivo), enunciativo (intervenção, discurso escrito, realizações orais ou escritas) e pragmático (injuntivo, explicativo, argumentativo).

ver gênero de discurso, seqüência, tipologia dos discursos

D. M. (F. Z.)

tipologia dos discursos – Uma das tarefas essenciais da análise do discurso é classificar os discursos produzidos numa sociedade. Como componentes de sua competência\* comunicativa, os locutores dispõem de *tipologias*, adquiridas por contato ou por ensino explícito, necessárias para compreender ou produzir textos, mas, também, para circular na sociedade. Existem, ao lado das tipologias comuns (cf. nas livrarias: “romances policiais”, “históricos”, “sentimentais”...), tipologias de especialistas (cf. no jornalismo: “editorial”, “notícia”, “chapéu”, “box”...). Como a classificação dos discursos pode se fundamentar em critérios variados (grau de generalidade dos critérios, lugar social de pertinência da tipologia, nível discursivo apreendido... [Charaudeau, 1997b]), existem muitas tipologias.

#### TIPOLOGIAS HOMOGÊNEAS, INTERMEDIÁRIAS E HETEROGÊNEAS

Petitjean (1989) propôs uma tipologia das tipologias. As tipologias *homogêneas* apóiam-se numa base única para elaborar uma grade abstrata, distinta dos textos concretos: é o caso, por exemplo, de Werlich (1975), ou de Adam (1990, 1992), que distinguem, baseados em procedimentos cognitivos, diversos tipos fundamentais: descritivo, narrativo, argumentativo... As tipologias *intermediárias* recorrem a critérios heterogêneos, mas organizando-os a partir de um “foco classificatório”: essencialmente o modo enunciativo, a intenção de comunicação ou as condições de produção. As tipologias *heterogêneas* associam critérios relacionados a focos classificatórios distintos: intenção comunicativa, temática, médium, modo enunciativo etc. É dessa maneira que se analisam os gêneros\* de discurso, ou seja, os dispositivos de fala sócio-historicamente constituídos: o jornal televisivo, a consulta médica, a crônica, a dissertação literária, etc.

#### AS TIPOLOGIAS ENUNCIATIVAS

Elas se fundamentam na relação entre o enunciado e sua situação de enunciação (com seus três “pólos”: interlocutores, momento, lugar de enunciação). Nesse sentido, a *tipologia fundadora* é distinção de Benveniste entre *discurso* e *história*, reformulável na distinção entre um *plano embreado\**, que implica a co-relação com uma situação de enunciação, e um *plano não-embreado*, no qual o enunciado se apresenta como disjunto dessa situação de enunciação. Essa oposição foi tornada mais complexa por Simonin-Grumbach (1975, 1984), que distingue *discurso, história, discurso indireto-livre, textos teóricos, textos poéticos*. A tipologia de Bronckart (1985, 1996) distingue, com base em critérios ao mesmo tempo psicológicos e linguísticos, quatro “tipos de discursos” fundamentais, combinando dois critérios: *implicação vs autonomia* em relação à situação de enunciação e *conjunção (expor) vs disjunção (relatar)*: o *discurso interativo (expor/implicado)*, a *narrativa interativa (relatar/implicado)*, o *discurso teórico (expor/autônomo)*, a *narração (relatar/autônomo)*.

#### AS TIPOLOGIAS COMUNICACIONAIS OU FUNCIONAIS

Procura-se classificar os discursos segundo a intenção comunicacional que os anima. A mais célebre das *tipologias* dessa espécie é a de Jakobson (1963: cap. 11), que distingue os discursos a partir das maneiras por meio das quais eles hierarquizam as funções\* da linguagem (referencial, emotiva, conativa, fática, metalingüística, poética). Mas existem outras funções. A literatura anglo-saxônica distingue frequentemente duas funções maiores: *transacional*, que corresponde à expressão de conteúdos e *interacional* (ou *interpessoal*), “implicada na expressão de relações sociais e de atitudes pessoais” (Brown e Yule, 1983). O desenvolvimento da teoria dos atos\* de lingua-